



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona Cívica Administrativa – CEP:
70.150-900
Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM
Ajuda-Memória – 28ª Reunião Ordinária

Data: 28/05/2009, das 14:30 às 18:00h.

Local: Auditório da Secretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres – SPM/PR

Participantes:

- Ana Koatz – MCid
- Ângela Maria Nascimento – CNDM
- Carla Cristina Marques – MinC
- Célia Vieira – MDS
- Daiane de Oliveira Lopes – MEC
- Danielle Cancela Cronemberger – MPOG
- Elenita da Silva – MDS
- Elizabeth Marins – Ipea
- Eugênia de Moraes – MAPA
- Fábiana Souza – SPM
- Fernanda Bittencourt – SPM
- Flávia Teixeira Guerreiro – SPM
- Helena Luna – MJ
- Joana Freitas – Funai
- Karla Matos – MMA
- Lara Albuquerque – IBGE
- Leila Bezerra – Funai
- Lidiane Gonçalves – MS
- Lígia Borges – CNDM
- Lourdes Bandeira – SPM
- Luana Pinheiro – SPM
- Luíza Borges – SEDH
- Magaly Correia Marques – Casa Civil
- Márcia Leporace – SPM/PR
- Márcia Vasconcelos – OIT
- Margareth Pessoa – MCid
- Patrícia Mourão – MDA
- Raquel Brandão – MDS
- Renata Leite – MDA
- Rosa de Lourdes – CNDM

- Rosana Antunes – MME
- Vera Lúcia de Oliveira – MAPA
- Vera Lúcia Machado – CNDM
- Verônica Silva – MME

1. Informes Gerais

A 28ª Reunião teve início com a leitura da pauta de reunião e deu abertura aos informes, informando que será realizado, no dia 05/07, concurso temporário para provimento de 50 cargos na SPM, o que permitirá um apoio à atuação mais eficiente e eficaz da Secretaria. Em seguida, a coordenadora do Comitê comunicou a realização da primeira reunião do Grupo de Trabalho do Capítulo 9 do Plano, sendo que as memórias das reuniões serão disponibilizadas ao Comitê e produto final do GT será apresentado para aprovação, e da reunião da câmara técnica, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), na qual foram definidas as ações prioritárias para o Conselho, que serão repassadas ao Comitê para avaliação. Uma das representantes da SPM informou que o documento de avaliação do I PNPM já tinha sido concluído e encaminhado para revisão e diagramação.

A Coordenadora do Comitê destacou ainda que as reuniões itinerantes do Comitê ainda não foram marcadas, mas que o Gabinete da SPM já havia iniciado a articulação com a coordenação do Fórum de Organismos para agendamento das reuniões itinerantes das regiões Nordeste e Centro-Oeste para o mês de junho, embora o Fórum já tenha sinalizado que realizaria primeiro o encontro da região Sul. Lembrou também que estas reuniões tem como objetivo estimular a construção de planos estaduais e municipais de políticas para as mulheres. A representante do MS questionou se foi determinado um número máximo de representantes do Comitê e uma das representantes da SPM explicou que não e que seria fundamental contar com o maior número de pessoas, embora a participação fosse espontânea e custeada por cada órgão. A representante do MCid informou que o ministério não tem mais recursos para passagens e a Coordenadora do Comitê esclareceu que entende a situação dos órgãos em função do corte e que casos excepcionais poderiam ser avaliados. Ressaltou ainda que a Ministra pretende, com estas reuniões, garantir o compromisso de pelo menos uma capital em cada região, para a construção do plano de políticas para as mulheres.

Por último, uma das representantes da SPM propôs que as próximas discussões temáticas sejam: i) julho: tema na área de saúde, a ser definido pelo MS; ii) agosto: tema na área de violência a ser definido pela SPM, em função dos três anos de implementação da Lei Maria da Penha; iii) setembro: apresentação da proposta do Grupo de Trabalho do Capítulo 9 para a implementação das ações de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; iv) outubro: apresentação do IBGE sobre os indicadores da PNAD 2008.

2. Aprovação da memória da 27ª Reunião Ordinária do Comitê

A memória foi aprovada sem ressalvas.

3. Registro das informações sobre as ações prioritárias de 2008 no sistema do PNPM

Uma das representantes da SPM informou que o sistema do PNPM não havia sido liberado ainda devido a problemas técnicos ocorridos em função da migração do sistema para o servidor da Presidência. Em seguida, fez uma breve apresentação sobre o sistema do PNPM e acordou-se que o novo prazo para preenchimento das informações seja de 08 a 25/06, caso o sistema seja liberado até o dia 05/06. Como alguns órgãos não puderam participar da capacitação do sistema, realizada no dia 05/03, a Coordenadora do Comitê informou que seria realizada a capacitação para uma segunda turma e que os órgãos interessados deveriam confirmar a participação. Informou que irá encaminhar o endereço por e-mail com as orientações para preenchimento do sistema, assim que ele estiver pronto e liberado. Ressaltou que poucos órgãos solicitaram o cadastro no sistema e lembrou que as/os representantes titulares e suplentes dos órgãos deverão solicitar o cadastro no perfil “Coordenador de Órgão”; as demais pessoas dos

órgãos que vão auxiliar no preenchimento das informações, no perfil “Apoio ao Coordenador”; e as representantes do CNDM, dos Organismos Internacionais e dos Organismos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres no perfil “Consulta”.

4. Discussão temática (Organização Produtiva)

A Coordenadora do Comitê iniciou este ponto de pauta ressaltando que na última reunião do Comitê, acordou-se a realização de discussões temáticas nas reuniões ordinárias para aprimorar o monitoramento das políticas implementadas pelo governo federal, tendo sido definidas para esta reunião a apresentação do MDA sobre o Programa Organização Produtiva, que tem como objetivo fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, garantindo o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover sua autonomia econômica e incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da econômica solidária e feminista.

Após a apresentação do MDA, a Coordenadora do Comitê agradeceu e parabenizou a apresentação do ministério, e foram feitas as seguintes intervenções pelas/os integrantes do Comitê durante o debate:

- ✓ Uma das representantes da SPM destacou que este programa tem representado uma parceria fundamental para a SPM e vem proporcionando um grande impacto na vida das mulheres trabalhadoras. Além disso, a participação da SPM na implementação do programa tem funcionado como um termômetro que ajuda a balizar a intensidade das políticas públicas, no que diz respeito ao atendimento das demandas das mulheres.
- ✓ Uma das representantes convidadas da Câmara Técnica do CNDM informou que a feira de Pernambuco teve uma grande repercussão e questionou de que forma os princípios de raça e etnia são considerados na implementação do programa, embora saiba que há uma diretriz para incluir esta questão nos instrumentos de coleta de dados do programa. Uma das representantes do MDA esclareceu que, como o foco do ministério é a área rural, as ações são voltadas para o etnodesenvolvimento (movimentos rurais organizados de quilombolas e indígenas), e que a Seppir ainda não conseguiu levantar as demandas das mulheres negras no meio rural. No caso das ações de formação, foi feito um levantamento do perfil dos grupos beneficiados que indicou que 35% são de quilombolas. Além disso, o ministério possui uma diretriz para a chamada de projetos, que determina uma cota para seleção de projetos de grupos quilombolas e indígenas. A Coordenadora do Comitê ressaltou que a questão racial é compartimentalizada até pela própria dinâmica do movimento e que, portanto, poderia ser debatida no Grupo de Trabalho do Capítulo 9.
- ✓ Ao ser questionada se havia a participação de mulheres da área urbana, uma das representantes do MDA informou que apenas nas feiras, que contavam com uma presença média de 30% de grupos da área urbana, garantida pelas parcerias com as prefeituras.
- ✓ Outra representante da Câmara Técnica do CNDM registrou que vem acompanhando as ações do programa e que está muito satisfeita com os resultados obtidos, especialmente no caso das feiras. Ressaltou que 70% dos empreendimentos apoiados são de economia solidária de grupos de mulheres adultas e negras e que o grande gargalo é a falta de legalização dos empreendimentos, o que mostra como a legislação está ultrapassada e que o programa vem beneficiando as oligarquias. Uma das representantes do MDA reconheceu que a legalização é um gargalo para os grupos acessarem os editais de projetos, mas explicou que a ideia do programa não é a de incentivar a legalização e sim proporcionar a comercialização dos grupos informais, como uma forma de atingir as mulheres já que, quanto maior o empreendimento, menor é o número de mulheres. Informou ainda que o papel das feiras é garantir o diálogo e a troca

de informações entre produtores e consumidores e que não se trata apenas de comercializar os produtos, mas de promover o empoderamento e a capacitação das mulheres em economia solidária e feminista. Outra representante do MDA complementou enfatizando que o foco da comercialização está presente no Programa de Aquisição de Alimentos para promover a geração de renda. Uma das representantes do CNDM no Comitê parabenizou o ministério pelo programa e destacou que a capacitação em economia feminista representa um grande ganho para o programa. A representante do MS finalizou este ponto registrando a sua preocupação com o termo “grupos informais”, pois ele pode ser associado a termos como “ilegais” e “irregulares” e provocar uma segregação de grupos.

- ✓ A representante do MMA destacou que as mulheres são as grandes parceiras na questão ambiental e que, neste programa, percebe a preocupação das mulheres com a sustentabilidade nos seus empreendimentos. Finalizou a sua intervenção perguntando como a questão ambiental é tratada nas ações do programa, por se tratar de um tema transversal. Uma das representantes do MDA esclareceu que todas as ações do programa tem por base princípios e critérios da sustentabilidade para o apoio a projetos e registrou que seria fundamental retomar a parceria com o MMA no âmbito do programa. Uma das representantes da SPM ressaltou ainda que a questão ambiental é muito particular no II PNPM, uma vez que conta com um capítulo específico que trouxe uma visibilidade maior para o tema.
- ✓ Uma das representantes convidadas da Câmara Técnica do CNDM destacou que o MDA foi o primeiro ministério a tratar a questão racial, conseguindo traduzir as demandas em ações e instrumentos, que poderiam servir de referência em outras políticas públicas.
- ✓ A representante do MS questionou se o ministério poderia, na discussão dos módulos da capacitação, sugerir outros temas, e a representante do MDA informou que, embora o foco da capacitação seja organização produtiva, há demanda para inclusão de outros temas como saúde, educação e violência e o programa está aberto para outras parcerias. Para isso, é necessário criar meios para promover essas interfaces, assunto que pode ser discutido na próxima reunião do Comitê Gestor do programa.

5. Seleção de programas e/ou ações estratégicas dos órgãos para serem objeto de avaliação contratada

Uma das representantes da SPM informou que como resultado da votação realizada por e-mail, os programas escolhidos foram: Luz para Todos do MME e Sistema Público de Emprego (SPE) e Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional (PNQ), ambos do MTE. Como deverão ser contratadas apenas duas avaliações, foi sugerido que o Comitê selecione apenas um dos programas do MTE. Algumas pessoas defenderam a seleção do SPE por contemplar todas as ações do ministério relativas ao mercado de trabalho, mas reconheceram que a avaliação seria mais ambiciosa e, portanto, mais cara. No entanto, por este motivo, o PNQ foi selecionado para ser avaliado em 2009 e esta avaliação maior do SPE poderá ser realizada em 2010, a partir de recomendação da avaliação do PNQ.

6. Impacto do contingenciamento orçamentário na implementação das ações do II PNPM

Conforme acordado na última reunião, a Coordenadora do Comitê solicitou que os ministérios fizessem um relato sobre a situação do contingenciamento orçamentário em seus órgãos, para que o Comitê fizesse uma avaliação e pudesse intervir de alguma forma para tentar reverter a situação em alguns casos. Os relatos apresentados pelas/os representantes presentes no momento da discussão deste ponto de pauta seguem abaixo:

Órgão	Situação
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)	A SPM sofreu um corte de 63% em relação ao valor aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), mas conseguiu reverter a situação por meio de documento enviado à Casa Civil e negociação da Ministra.
Ministério da Saúde (MS)	Os recursos do ministério estão garantidos.
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	O impacto do corte recairá sobre as ações de assistência social. Com o corte global, os recursos do ministério acabariam em agosto e, por este motivo, o MDS vai atuar apenas na manutenção até esse mês.
Ministério das Cidades (MCid)	Não sabe como os cortes afetarão as ações do ministério no II PNPM, mas sinalizou que o corte atrasou o início das ações do ministério em 2009.
Ministério de Minas e Energia (MME)	Não tem informação específica até porque não há um recorte de gênero nas ações do MME.
Ministério da Cultura (MinC)	Não tem informação.
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	As metas dos Programas Organização Produtiva, Nacional da Documentação da Trabalhadora Rural e Assistência Técnica Extensão Rural serão mantidas, mas os recursos das ações de capacitação foram reduzidos de R\$ 4 milhões para R\$ 500 mil.
Ministério da Justiça (MJ)	A representante não compareceu à reunião, mas informou que, como não houve cortes no Pronasci, as ações do MJ no II PNPM não seriam afetadas.
Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)	O orçamento da SEDH não foi muito afetado, mas não soube informar sobre as ações da secretaria no II PNPM.

7. Calendário das reuniões ordinárias do Comitê

Neste ponto de pauta, foi definido que as reuniões regionais do Comitê do PNPM serão realizadas juntamente com os Encontros Regionais do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres, sendo que a SPM está aguardando a definição das datas dos encontros do Nordeste e do Centro-Oeste. Acordou-se que nestas reuniões, a SPM deverá apresentar o II PNPM e fazer a discussão sobre a construção dos planos estaduais e municipais. Além disso, haverá espaço para apresentação de grandes ações dos ministérios implementadas em parceria com estados e municípios.

8. Próxima reunião

Conforme calendário estabelecido, a próxima reunião ordinária será realizada no dia 25/06, a partir das 14:30h.